

Schumpeter e o lugar do Estado na Economia

Rubens R. Sawaya
Professor da PUC-SP

Apresentação

A forma como Schumpeter descreve a dinâmica do desenvolvimento econômico tem como elemento central a crise cíclica, responsável pela evolução do sistema, na medida em que é o processo de destruição do antigo, substituindo-o pelo moderno.

A base dessa dinâmica transformadora está, em um primeiro momento, no papel do empreendedor e na concorrência entre as empresas como elementos propulsores, e em um segundo momento, de forma contraditória, na grande empresa trustificada e na nova forma de concorrência que essa estrutura produtiva impõe.

Assim, o desenvolvimento da economia, para o autor, prescinde da política econômica. Ao contrário, qualquer medida no sentido de evitar os movimentos cíclicos naturais do capitalismo é vista como negativa ao desenvolvimento econômico.

Dessa forma, Schumpeter reafirma os preceitos do "livre mercado" pelo seu avesso, como forma mais eficiente de funcionamento da economia, abandonando qualquer idéia de equilíbrio como benéfica ao desenvolvimento. Portanto, qualquer interferência do Estado através de políticas econômicas anti-crise é negativa uma vez que impede o processo de transformação modernizadora que está no interior da crise, a destruição criadora.

O objetivo deste artigo é, a partir das concepções de Schumpeter acerca do funcionamento do capitalismo, avaliar qual é o lugar da política econômica em sua visão de processo de acumulação.

Introdução

Schumpeter não se propõe a fazer qualquer discussão sobre o papel do Estado na economia capitalista. Para ele, ao contrário de Keynes, o Estado não tem qualquer importância no que tange à dinâmica do processo de desenvolvimento (termo utilizado pelo autor para designar algo próximo ao que seria processo de acumulação), ao

contrário, diversas vezes comenta o papel negativo da ação das políticas econômicas sobre o sistema produtivo. Por um lado inibem o progresso e por outro contribuem para a desintegração do capitalismo.

"É meridianamente claro que o organismo econômico não pode funcionar com eficiência máxima quando seus mais importantes parâmetros de ação - salários, preços e juros - são transferidos para a esfera política e lá tratados de acordo com interesses do jogo partidário ou, o que algumas vezes é ainda mais sério, de acordo com idéias de alguns planejadores." (Schumpeter, TDE, p.465)

As idéias de Schumpeter sobre o processo de funcionamento do capitalismo estão ao nosso ver divididas em duas fases. A primeira em sua obra "Teoria do Desenvolvimento Econômico" e a segunda, bem mais amadurecida, em "Capitalismo, Socialismo e Democracia. O que de fato marca essa subdivisão é sua visão acerca da importância, para a dinâmica econômica que propõe, do chamado "empreendedor" e seu conceito de "concorrência". Essa modificação em sua argumentação decorre, como explicitado pelo próprio autor, de na realidade a economia ser constituída por grandes grupos econômicos trustificados.

Segundo Napoleoni (1979: p. 54) "a esse respeito Schumpeter distingue duas fases da história do capitalismo, a primeira denominada de "capitalismo concorrencial" e a segunda de "capitalismo trustificado". A primeira fase é caracterizada por firmas de dimensões não excessivamente grandes em relação à amplitude do mercado e nelas, a introdução de inovações, implica geralmente da criação de novas firmas. Na segunda fase, ao contrário, tornam-se sempre mais difundidas as unidades de grandes dimensões, as quais são capazes de alimentar o processo inovador em seu próprio interior, sem que as inovações impliquem a criação de novas firmas que entrem em concorrência com as velhas".

Primeira fase

A importância do empreendedor para Schumpeter decorre de este carregar o elemento catalisador do que chama desenvolvimento. Para o autor desenvolvimento ocorre apenas quando a economia sai do "fluxo circulatório" que caracteriza os momentos de equilíbrio econômico, momento no qual os mercados estão ajustados em termos de produção, vendas e preços. Esses períodos de equilíbrio são característicos de algumas fases de capitalismo. São fases de estagnação, de um "estado estacionário Walrasiano a que se deve dar destaque ao fato de que ele é a imagem de um processo de contínua repetição das mesmas coisas, seja no campo de produção, seja no campo do consumo: uma vez que a concorrência tenha impellido o sistema para um posição de máximo rendimento, atinge-se uma configuração que se repete indefinidamente em um ciclo sempre idêntico a si mesmo." (Napoleoni, 1979: p. 50)

"O desenvolvimento, no sentido que tomamos, é um fenômeno à parte, inteiramente fora do que se possa observar no fluxo circulatório, ou na tendência para o equilíbrio. É a transformação espontânea e descontínua das artérias do fluxo, distúrbios de equilíbrio, que altera e desloca para sempre o estado de equilíbrio preexistente. A nossa teoria do desenvolvimento não mais é do que o trato desse fenômeno e dos processos nele incidentes" (Schumpeter TDE, 1961: p. 91).

O crescimento econômico, mais especificamente, o desenvolvimento, que pela própria natureza do sistema ocorre ciclicamente é caracterizado por desequilíbrios que "ocorrem espontaneamente no setor da vida industrial e comercial" e assumem a forma de crises: "novas formas convivendo e destruindo as velhas formas de produção", movimento que ocorre em ondas de inovação nas estruturas de produção.

O surgimento dessas inovações, os empreendimentos das novas combinações (tecnológicas, mercadológicas ou de matérias primas), depende dos empreendedores, que não são meros industriais uma vez que devem carregar o poder da transformação. O empreendedor não é um homem econômico racional como preconizado pela teoria clássica. É um sujeito que subverte a ordem das coisas. "O empreendimento de novas combinações é difícil e apenas acessível a pessoas que apresen-

tam certas qualidades (...), só poucos indivíduos possuem os atributos da liderança (...), só uns poucos podem ser bem sucedidos (...)". Esses pioneiros abrem caminho pelas suas qualidades de capacidade de criação e inventividade "até que afinal a inovação se torne familiar e sua aceitação uma questão de livre escolha" (TDE, 1961: p. 295).

Para o autor quando uma inovação se generaliza como processo de produção, a economia tende a procurar um novo ponto de equilíbrio, descrevendo assim, por sua natureza materializada na capacidade do empreendedor, um constante movimento cíclico que caracteriza o capitalismo, que promove o desenvolvimento. O mesmo movimento que gera a inovação e o florescimento gera a crise. O ciclo é constituído pela ação inovadora de um empreendedor que é em seguida acompanhada por outros, promovendo assim a eliminação de seu lucro e muito provavelmente sua falência com a substituição deste por outro empreendedor. Esse processo natural do capitalismo caracteriza seu movimento (TDE, 1961: p. 299).

Dessa forma, a crise passa a ser o elemento do desenvolvimento, portanto positivo e imprescindível para a continuidade do capitalismo. De qualquer forma convém ressaltar que Schumpeter prefere não utilizar a idéia de crise, diferenciando o que seria uma crise normal e anormal. A crise anormal é aquela acompanhada de pânico, epidemias, falências (TDE, 1961: p. 318). Assim, concebe a idéia de crise como "teoria das flutuações reversivas" (TDE, 1961: p.275).

"A crise seria então simplesmente o processo pelo qual a vida econômica se adapta às novas circunstâncias" (TDE, 1961: p. 283). Prosperidade e depressão são simples movimentos positivos naturais do capitalismo em seu ímpeto de gerar e elevar a riqueza. Assim, o ciclo para Schumpeter não passa "de desajustes importantes que provoca reações adaptativas, por sua vez conducentes a uma nova posição de equilíbrio" (Possas, 1987: p.191). Ou seja são meras fases importantes de ruptura temporária do fluxo circulatório.

Esse fato demonstra o grau de positividade presente nas crises. Além deste fenômeno impor o novo sobre o velho, é cíclico e portanto passageiro (reversivo), não devendo engendrar maiores preocupações. Muito pelo contrário, o movimento não deve ser evitado. As crises para Schumpeter consti-

tuem-se de flutuações em torno do equilíbrio.

Tratar a crise dessa forma significa transpor esse fenômeno para o âmbito conjuntural. Qualquer idéia de crise estrutural, ameaçadora do sistema econômico está assim, descartada. Para o autor o capitalismo apenas deixará de existir não por uma crise final, destruidora, e sim pelo crescimento do processo de trustificação e de planejamento presentes na nova estrutura industrial, que embora em si não são negativos ao capitalismo, contribuem para degradação dos valores burgueses que dão corpo a sua existência.

A ênfase que o autor coloca no agente econômico empreendedor tem necessariamente seu ponto de apoio na idéia de concorrência. O que move o empreendedor no sentido do novo é a idéia de superar seus concorrentes, de obter lucro no sentido microeconômico neoclássico de "lucro econômico puro", o que não ocorre no fluxo circulatório, na concorrência perfeita que esse fluxo pressupõe. Também o processo de destruição do velho toma lugar pela concorrência entre as novas e velhas empresas. A volta ao equilíbrio é uma decorrência inexorável da ação da concorrência. Nesse sentido, a concorrência tem o papel fundamental de permitir o movimento cíclico que garante o desenvolvimento pelas mãos do empreendedor, visto como um homem de negócios, indivíduo especial, líder.

Dessa forma, o processo de concentração é visto em sua "Teoria do Desenvolvimento Econômico" como negativo para o desenvolvimento. O mesmo lugar tomam as política econômicas que busquem evitar as crises.

"A trustificação progressiva da vida econômica facilita a continuação permanente dos desajustamentos <resultantes das inovações> nestes mesmos consórcios e consequentemente fora deles, pois, na prática só pode haver equilíbrio completo se houver livre concorrência em todos os ramos da produção. Além do mais, resultante da potência financeira de algumas firmas, especialmente as mais antigas, a adaptação <ao novo> nem sempre é muito urgente, nem é uma questão de vida ou morte" (TDE, 1961: p. 314).

Assim, em sua "Teoria do Desenvolvimento Econômico" Schumpeter recupera a importância e a infalibilidade do mercado pelo seu avesso. De seu funcionamento, do seu movimento cíclico natural,

surge a crise e a prosperidade. Portanto não se deve intervir nas diretrizes do mercado com políticas que mantenham o equilíbrio do fluxo circulatório, por natureza, estático.

Segunda fase

Os elementos que definiam a dinâmica em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, o sujeito empreendedor agindo em um mercado concorrencial, alteram suas características em "Capitalismo Socialismo e Democracia".

Segundo Klagsbrunn (1993: p. 144) "a evolução da realidade, já há muito facilmente observável, teria que forçosamente ser incorporada em sua análise. A evolução da teoria de Schumpeter, imposta pela realidade teve como subproduto este abandono da afirmação, tantas vezes repetida em seus primeiros escritos, de que são as empresas novas que constituem necessariamente o motor da inovação e da evolução, e por isto, só estas fariam juz ao lucro empresarial".

Nas palavras do autor, "a longo prazo, contudo não pode haver dúvidas sobre o fenômeno da concentração e suas consequências" (CSD, 1961: p.175)

Assim a grande empresa passa não apenas a ser o centro do sistema como a promover o desenvolvimento. Altera no mesmo sentido o conceito de concorrência, assumindo este a forma de concorrência monopolista.

Quando o autor se referia em sua obra Teoria do Desenvolvimento Econômico à questão do lucro, apresentava o fluxo circular — momentos de equilíbrio dos mercados que caracterizam as fases de estagnação contidas em sua teoria dos ciclos — como o período em que o empresário não tinha lucro. Isso significa dizer que no mercado em equilíbrio, a curva de custo médio total tangencia em apenas um ponto a curva de demanda e de receita total, horizontais, o que caracteriza os mercados em concorrência perfeita. Apenas nos momentos em que o empresário inovador conseguia uma melhoria qualquer de processo, sua curva de custo médio total poderia cair abaixo daquelas curvas, proporcionando-lhe lucro econômico puro.

A partir do momento que Schumpeter assume que o capital se concentrou e os monopólios e oligopólios tomaram lugar privilegiado na economia, assumiu, de forma a não alterar a lógica de sua

obra anterior, a idéia de concorrência monopolista. Por essa idéia, a empresa monopolista tem lucro (econômico puro) porque tem poder para definir preço, embora esse poder seja restrito, sendo um fenômeno que se observa apenas no curto prazo. A longo prazo, vale a concorrência. Essa teoria altera muito pouco a estrutura teórica da concorrência perfeita, dado que deriva desta e mantém seus pressuposto quando assume movimentos de longo prazo.

"A passagem do capitalismo concorrencial ao capitalismo trustificado, isto é, a passagem da fase em que as inovações se incorporam integralmente em novas firmas à fase em que elas se efetuam principalmente nas empresas já existentes, não comporta para Schumpeter, uma diminuição de intensidade do desenvolvimento econômico, nem uma queda de qualidade, mas ao contrário, é possível afirmar que nesta passagem o desenvolvimento se tenha talvez acentuado" (Napoleoni, 1979: p.59).

Dessa forma o autor substitui os conceitos sem alterar a lógica do argumento central para o funcionamento do ciclo. Em sua Teoria do Desenvolvimento era a concorrência entre o novo empreendedor e antigo, entre as novas e as antigas empresas que permitia o desenvolvimento. Agora o desenvolvimento torna-se possível com os monopólios.

Assim, altera seu conceito de concorrência de modo a manter a coerência anterior. "(...) Na realidade capitalista e não na descrição contida nos manuais, o que conta não é esse tipo de concorrência <entre as empresas>, mas a concorrência de novas mercadorias, novas técnicas, novas fontes de suprimento, novo tipo de organização (a unidade de controle na maior escala possível) - a concorrência que determina uma superioridade decisiva no custo ou na qualidade e que fere não a margem de lucros e a produção das firmas existentes, mas seus alicerces e a própria existência. Tal tipo de concorrência é muito mais eficaz que o outro (...)" (CSD, 1961: p. 107).

"O homem de negócios sente-se cercado pela concorrência mesmo quando está sozinho no seu campo <o monopólio>. (...) Uma pressão o forçará a longo prazo um comportamento muito semelhante ao que seria induzido por um sistema de concorrência perfeita" (CSD 1961: p. 108)

Assim, a grande empresa passa a carregar todos os atributos que permitiam o desenvolvimento com base no empreendedor. Ela substitui essa figura romântica do capitalismo concorrencial mantendo a mesma lógica anterior.

"Devemos, pelo contrário, reconhecer que a grande empresa transformou-se no mais poderoso motor desse progresso e, em particular, da expansão de longo prazo da produção total, não apenas a despeito, mas em grande parte devido a essa estratégia que parece tão restritiva quando estudada em casos individuais e do ponto de vista de uma determinada época. Nesse sentido, a concorrência perfeita é não apenas um sistema impossível, mas inferior, de nenhuma maneira se justifica que seja apresentada como sistema ideal" (CSD, 1961: p. 133).

Essa transformação do conceito de concorrência é que permite ao autor trazer o caráter inovador para dentro da grande empresa. Caso não houvesse essa "disputa intrínseca" a grande empresa poderia de fato frear o progresso, como preconizado anteriormente. A grande empresa torna-se responsável pelo desenvolvimento trazendo a si a tarefa de promover a inovação que o sistema necessita para desenvolver-se, internalizando inclusive os departamentos de pesquisa e outras atividades que antes estavam a cargo do capitalista individual empreendedor.

Assim, nenhuma empresa deixaria de se modernizar para conservar suas máquinas e instalações antigas. "Tão logo está em condições de enfrentar as despesas, a primeira coisa que uma firma moderna faz é fundar um departamento de pesquisas (...). Essa prática não sugere qualquer aversão ao progresso tecnológico" (CSD, 1961: p. 122).

A grande empresa assim o faz pelo fato de saber da efemeridade de sua situação de mercado e pela incorporação nos administradores, agora técnicos, de uma espécie de filosofia da inovação. Isso traz esse processo inovador para o cotidiano do sistema, para o cotidiano do técnico planejador, funcionário da grande empresa, que vem a substituir a figura do empreendedor.

O planejamento e o fim do capitalismo

Para Schumpeter o capitalismo é um sistema em constante transformação. Esse movimento é intrínseco a ele e caracteriza-se por fases de crescimento e crises que abalam os períodos de equilíbrio,

transformando a organização industrial. O processo de trustificação materializado na formação de monopólios e oligopólios surge como resultado desse movimento da economia e transformam a forma de ação empresarial com reflexos sobre a tradição, a mentalidade capitalista.

"A tese Schumpeteriana — exposta em 1943 na obra *"Capitalismo, Socialismo e Democracia"* — baseia-se essencialmente em dois argumentos, dos quais o primeiro se refere à chamada "mecanização da função empresarial" e o segundo às modificações do ambiente econômico e social", ambas decorrentes do próprio mecanismo de evolução do capitalismo (Napoleoni, 1979).

Vale ressaltar que o processo de transformação do capitalismo não resulta em uma espécie de crise final do sistema, diferente das outras crises em termos de intensidade. Para o autor o próprio processo de transformação interno ao sistema o conduz como que suavemente no sentido do socialismo: "(...) o processo econômico tende a socializar-se a si mesmo (...) e também a alma do homem" (CSD, 1961: p.268). Mais adiante o autor completa: "o processo capitalista forma as coisas e as pessoas para o socialismo. Na melhor das hipóteses, pode efetuar essa operação de maneira tão completa que o passo final será mera formalidade" (CSD, 1961: p.269).

Isso significa dizer que a estrutura oligopolizada e monopolizada para as quais os movimentos de crise e crescimento tem levado o capitalismo, caracterizam-se como formas de organização da produção que se aproximam das formas de planejamento socialistas. As empresas assim organizadas são inclusive capazes de evitar as crises na sua forma tradicional de existência na economia concorrencial, dado que o processo de inovação torna-se apenas um processo de passagem interno a própria empresa. Não carrega a necessidade de eliminar as antigas formas de produção engendrando uma luta entre o novo e o antigo que caracterizava a crise. É simplesmente um processo de passagem dentro da própria empresa.

Nesse sentido, o autor vê o planejamento do capital individual como elemento que vem a eliminar a crise que antes podia destruir pela força o antigo, enquanto processo transformador. Ainda em sua Teoria do Desenvolvimento Econômico, aborda o efeito da capacidade de prognóstico das

grandes empresas sobre o ciclo afirmando que "a familiaridade sempre crescente dos homens de negócios com o ciclo constitui, juntamente com a progressiva trustificação, a principal razão, por que os fenômenos reais da crise estão se enfraquecendo. O adiamento de novas criações por parte das empresas estatais, ou dos grandes consórcios, para os períodos de depressão parece-nos a moderação das conseqüências do surgimento de forma de enxame de novas combinações (...), um meio eficaz para aliviar o movimento cíclico e o perigos da crise. (...) Todavia, de qualquer forma, as crises desaparecerão mais cedo que o sistema capitalista, do qual nasceram" (TDE, 1961: p. 326).

Indo mais além, diz o autor sobre a função social do empreendedor: "Essa função social já perde hoje sua importância e provavelmente perderá cada vez mais rapidamente no futuro, mesmo se o processo econômico, do qual o empresário foi a mola mestra, continuar sem desfalecimento. Pois, de um lado, é muito mais fácil do que no passado realizar coisas estranhas ao nosso rotineiro campo de atividades. A própria inovação está hoje reduzida à rotina. O progresso tecnológico se transforma cada vez mais em atividade de grupos de especialistas, que lhes fornecem o que lhes encomenda e fazem o produto operar de uma maneira previsível. A auréola do romance da antiga aventura comercial começa a minguar rapidamente, pois um número cada vez maior de coisas pode ser rigorosamente calculado, quando outrora podia apenas ser visualizado num relâmpago de gênio" (CSD, 1961: p. 167).

Isso significa dizer que o crescimento da capacidade de planejamento, intrínseco ao grande capital, tem o poder de evitar as crises e, contraditoriamente, não bloquear o desenvolvimento. Mas esse mesmo processo pode, a longo prazo, eliminar o capitalismo transformando-o suavemente num socialismo, cuja característica básica para o autor é o planejamento. Este será resultado conjunto da grande empresa e do Estado.

Referindo-se à forma constitucional da grande empresa como sociedade anônima, esse modo de funcionamento da grande empresa contribui para solapar a estrutura institucional do sistema capitalista pela eliminação da figura do proprietário da empresa. "o processo capitalista, ao substituir as paredes e as máquinas de uma fábrica por um

simples pacote de ações, emascula toda a idéia de propriedade" (CSD, 1961: p. 177). Mais adiante o autor completa sua idéia sobre a transformação do sistema capitalista pelo declínio da idéia de propriedade e a transformação da tradição burguesa: "a moderna sociedade anônima, por conseguinte, embora seja produto do processo capitalista, socializa a mente burguesa e, inexoravelmente estrangula o campo de motivação capitalista. E não apenas isso: no fim, destruirá suas próprias raízes" (CSD, 1961: p.196).

Portanto o socialismo surgirá sem que nada se faça do próprio capitalismo.

O lugar do Estado

Em toda obra aqui comentada, o Estado ocupa quase sempre uma posição não desejada para o movimento natural do capitalismo, na medida que busca evitar as crises tão benéficas ao sistema. Qualquer movimento no sentido de evitar as crises é classificada de estagnacionista, colocando as políticas Keynesianas nesta seara. "A mais importante versão da teoria estagnacionista foi proposta pelo falecido Lord Keynes" (CSD, 1961: p. 472). Historicamente o Estado tem atuado nesse sentido, interferindo no processo de desenvolvimento.

Isto decorre do fato de Schumpeter não ver elemento dinâmico no investimento como elemento isolado, mas exclusivamente na inovação. Ambos estão associados mas o primeiro é independente do segundo. Dado que a inovação é a causa do desenvolvimento, apenas o ato de investir não é condição suficiente, ocorrendo, inclusive, dentro do fluxo circulatório.

Assim, a intervenção do Estado no sentido contrário a crise apenas contribui para acelerar esse processo de condução do sistema econômico ao socialismo por suas políticas dado que os "êxitos do passado foram resultado do capitalismo mais ou menos livre" (CSD, 1961: p. 494).

A intervenção do Estado faz parte do processo de desintegração do capitalismo uma vez que tende, pela forma que tem historicamente ocorrido, a impedir o desenvolvimento. "A melhor maneira de nos convencer da extensão em que já caminhou esse processo de desintegração da sociedade capitalista é observar até que ponto suas implicações já são aceitas como coisa natural (...): 1- as várias políticas de estabilização adotadas para impedir recessões ou, pelo menos, as depressões,

isto é, grande medida de administração pública da situação comercial, se não do próprio princípio do pleno emprego; 2- a desejabilidade de maior igualdade de rendas, raramente definida como até que ponto abaixo da igualdade absoluta e, em conexão como isto, o princípio da taxa distributiva; 3- um rico sortimento de medidas regulamentadoras, muitas vezes racionalizadas e transformadas em slogans antitrustes, no que tange aos preços; 4- controle público, embora dentro de larga margem de variação, dos mercados de trabalho e do dinheiro; 5- extensão definida da esfera das necessidades, que deverão, agora ou eventualmente, ser satisfeitas pela iniciativa oficial, seja gratuitamente, seja mediante módica retribuição; e, finalmente, 6- todos os tipos de previdência social" (CSD, 1961: p.493).

Isso parece demonstrar que o autor defende o livre mercado como a melhor forma de funcionamento do capitalismo, sem intervenção pública, dado que o processo de concentração de capital que o sistema capitalista traz em seu interior não é negativo para a continuidade do desenvolvimento. Ironicamente afirma até que o livre funcionamento do sistema deve levar a economia ao que os defensores do planejamento governamental almejam: uma economia socialista. Para tanto o Estado não deve intervir na economia. Deve-se deixar a grande empresa atuar livremente. Assim, contraditoriamente, ela engendrará tanto o desenvolvimento das forças produtivas como o fim do capitalismo em sua forma tradicional.

O Estado continua sem ter uma função específica embora tenda pela natureza do sistema cada vez mais a ocupar o lugar do investimento privado em áreas específicas, complementando a tendência, sem interferir no curso do movimento do grande capital.

Bibliografia

- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. Rio de Janeiro: Edt. Fundo de Cultura, 1961.
 SCHUMPETER, Joseph A. *Teoria do Desenvolvimento Econômico*. Rio de Janeiro: Edt. Fundo de Cultura, 1961.
 POSSAS, Mario Luiz. *Dinâmica da Economia Capitalista - Uma Abordagem Teórica*. São Paulo: Edt. Brasiliense, 1987.
 NAPOLEONI, Cláudio. *O Pensamento Econômico do Século XX*. Rio de Janeiro: Edt. Paz e Terra, 1979.
 KLAGSBRUNN, Victor Hugo tese para professor titular, 1993 - mimeo